

Circular n.º 0634-2017

Lisboa, 17 de Maio de 2017

Assunto: Técnico Auxiliar de Farmácia (TAF) - Regulamento do acesso à profissão

Ex.mo Associado,

O regime jurídico das farmácias de oficina prevê que os farmacêuticos podem ser coadjuvados por técnicos de farmácia ou por outros profissionais habilitados com formação técnico-profissional certificada no âmbito das funções de coadjuvação na área farmacêutica, nos termos a fixar pelo INFARMED.

A este propósito, informa-se que foi publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 95, de 17 de Maio, a Deliberação n.º 396/2017, do Conselho Directivo do INFARMED, que aprova o Regulamento que determina a formação técnico-profissional necessária para o exercício das funções de coadjuvação na área farmacêutica, mais precisamente para a aquisição da Qualificação de Técnico(a) Auxiliar de Farmácia (TAF).

Embora o Regulamento entre em vigor no dia da sua publicação no Diário da República, ou seja, no próprio dia 17 de Maio, as normas do Regulamento que passam a reservar o exercício de funções de coadjuvação na área farmacêutica a quem preencha os requisitos de formação previstos no Regulamento só produzem efeitos a partir da data da publicação da Qualificação de Técnico Auxiliar de Farmácia no Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ), da qual constarão, nomeadamente, os referenciais de competências e formação exigidos para a obtenção da Qualificação de TAF.

Neste sentido, a ANF vai desenvolver as iniciativas adequadas, nomeadamente junto do INFARMED, para assegurar a sua participação activa na elaboração dos ditos referenciais.

Assim, até que seja publicada a inclusão da nova qualificação de TAF no Catálogo Nacional de Qualificações, as farmácias podem continuar a admitir TAF que cumpram os requisitos previstos no Contrato Colectivo de Trabalho (CCT) entre a ANF e o SINPROFARM.

Importa ainda salientar que o Regulamento agora aprovado considera **devidamente habilitados para o exercício das funções de coadjuvação na área farmacêutica** os profissionais que se encontrem numa das seguintes situações:

- a) Detentores do 12.º ano de escolaridade e de curso de formação de TAF, com os requisitos constantes do n.º 1 da cláusula 4.ª do CCT entre a ANF e o SINPROFARM;
- b) Que, tendo iniciado o registo de prática antes da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 320/99, de 11 de Agosto (diploma que veio regulamentar as profissões técnicas de diagnóstico e terapêutica, nomeadamente a profissão de “técnico de farmácia”, que entrou em vigor em 10 de Setembro de 1999), o vieram a completar antes da entrada em vigor do Decreto-Lei

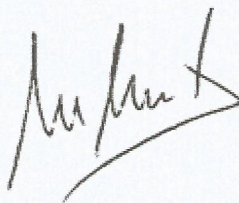
n.º 307/2007, de 31 de Agosto (diploma que aprovou o regime jurídico das farmácias de oficina e que entrou em vigor em 30 de Outubro de 2007), e que não são titulares da cédula profissional de técnico de farmácia;

- c) Que efectuaram o registo de prática após a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 320/99, de 11 de Agosto (que ocorreu em 10 de Setembro de 1999) e antes da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 307/2007 (que ocorreu em 30 de Outubro de 2007);
- d) Com as categorias de Ajudante de farmácia, admitidos pelas farmácias antes da entrada em vigor do CCT com o SINPROFARM (13 de Junho de 2010).

A ANF manterá as farmácias informadas da evolução deste dossiê.

Com os melhores cumprimentos,

A DIRECÇÃO



Anexo:

- Deliberação n.º 396/2017, do INFARMED